

EDITAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE

N. 3619

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) notifica os(as) contribuintes listados(as) a seguir quanto à abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

O QUE ISSO QUER DIZER?

Isso significa que a PGFN identificou que os(as) contribuintes listados(as) foram administradores(as) de pessoas jurídicas que possuem débitos com a União inscritos em dívida ativa. Também foi verificado que essas pessoas jurídicas foram extintas irregularmente, isto é, encerraram suas atividades sem seguir as regras legais.

Quando uma pessoa jurídica é extinta de forma irregular, o(a) administrador(a) à época da extinção irregular poderá ser responsabilizado(a) pelos débitos da pessoa jurídica inscritos em dívida ativa.

Ao final deste Edital, é possível ver a tabela com a lista de contribuintes, de pessoas jurídicas devedoras, e respectivo número do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

Os(As) contribuintes listados(as) na tabela poderão ser considerados(as) devedores(as) dos débitos, ao final do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

COMO NÃO SER RESPONSABILIZADO(A) PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA?

Somente o **pagamento** evita a responsabilização pelos débitos da pessoa jurídica.

A **negociação** dos débitos (parcelamento, transação) também é possível. Para negociar, o(a) contribuinte deve assumir a responsabilidade pelos débitos, assinando o Termo de Confissão, o que resultará na sua inscrição em dívida ativa da União. Enquanto durar a negociação, o(a) contribuinte não poderá ser protestado(a), seu nome não poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União não poderá cobrar a dívida na Justiça.

Se o(a) contribuinte não concorda com a responsabilização, pode apresentar uma **impugnação**, na qual deve ser comprovado que:

1. a pessoa jurídica está em funcionamento; ou
2. o(a) contribuinte não era administrador(a) da pessoa jurídica na data da extinção irregular; ou
3. a extinção seguiu as regras legais para o encerramento da pessoa jurídica.

O retorno da pessoa jurídica para a situação cadastral ativa não comprova a inexistência de anterior extinção irregular!

Se a impugnação não for aceita, o(a) contribuinte será considerado(a) devedor(a) dos débitos inscritos em dívida ativa.

Nesse caso, o(a) contribuinte pode apresentar recurso contra a decisão. O(A) contribuinte somente deixa de ser devedor(a) se o recurso for aceito.

Sendo considerado(a) devedor(a) dos débitos, o(a) contribuinte poderá ser protestado(a), seu nome poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União poderá cobrar a dívida na Justiça.

ONDE FAZER ESSES PROCEDIMENTOS?

O pagamento, a negociação, a impugnação e o recurso devem ser feitos no portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Regularize: regularize.pgfn.gov.br.

Os(As) contribuintes devem fazer o cadastro no Regularize, para acessar os procedimentos. **O cadastro deve ser feito no nome e CPF dos(as) contribuintes listados(as) neste Edital.**

No Regularize, acessar a opção "**Impugnar/Recorrer - Procedimento Administrativo**" > "**Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade**".

COMO ACOMPANHAR O PROCESSO E SE COMUNICAR COM A PGFN?

A partir do cadastro no Regularize, todas as comunicações, acesso à decisão da impugnação e do recurso serão feitas por meio da caixa de mensagens do Regularize.

Para acessar a caixa de mensagens, basta clicar no símbolo de "carta" da cor verde que fica no canto superior direito da tela do Regularize.

O(A) Procurador(a) da Fazenda Nacional poderá pedir informações complementares, por meio da caixa de mensagens, devendo o(a) contribuinte ficar atento(a).

QUAL O PRAZO PARA ADOTAR ALGUM DESSES PROCEDIMENTOS?

A impugnação deve ser feita no prazo de 30 dias corridos contados da publicação deste Edital no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Editais" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

O recurso deve ser feito no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação da decisão de impugnação. A notificação é feita por meio da caixa de mensagens no Regularize.

Orientações detalhadas sobre o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade podem ser encontradas no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Orientações de serviços aos contribuintes" > "Carta de Serviços" > "Impugnar / Recorrer procedimento de reconhecimento de responsabilidade"**.

Este Edital está embasado na seguinte fundamentação legal: Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 135, inciso III; Decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, art. 10; Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 4º, § 2º; Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, art. 20-D, inciso III; e Portaria PGFN n. 948, de 15 de setembro de 2017.

Se os débitos estiverem extintos, pode desconsiderar esta notificação e não precisa fazer contato ou adotar nenhum outro procedimento.

Vamos regularizar a sua dívida? A PGFN está disponível para encontrar uma solução.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
YASMIN FAILES DE ARAUJO	***.125.***_**	DUTRA IMOVEIS S/S LTDA	00.380.100/0001-90	1029444023
LEONARD DE SOUZA PINTO	***.831.***_**	DROGARIA POLIFARMA LTDA	14.576.965/0001-31	1114278469
GILSON GERALDO ANDRADE	***.609.***_**	GLOBAL TRANSPORTE URUACU LTDA	11.482.282/0001-27	1114273696
ARIELLI MENDES SOARES ESTANISLAU LOUZADA	***.467.***_**	BARAO EXPRESS DE BARRA MANSA LTDA	28.356.644/0001-36	1114289069
MARCELO DOS SANTOS BATISTA	***.889.***_**	EMPÓRIO DE FUNDAMENTO COMERCIO E DISTRIBUIDORA E ATACADO E VAREJO DE ALIMENTOS BEBIDAS E SIUPRIMENTOS LTDA	37.270.465/0001-72	1114288583
ELIANE MARAFON LEITE	***.003.***_**	JE LEITE COMERCIO DE PECAS LTDA	11.624.398/0001-53	1114271506
MARIA DO ROSARIO MARTINS	***.195.***_**	KARISMA VESTUARIO E COMPLEMENTOS LTDA	16.861.198/0001-38	1114283190
MARCIA LUZIA PEREIRA DE SOUZA	***.198.***_**	M.L VERDURAO HORTIFRUTI LTDA	35.458.803/0001-79	1114285496
BRUNO ANTONIO DOS SANTOS	***.172.***_**	BS GAMES LTDA	26.710.149/0001-58	1114271296
JANISSE VESSOZI LONDERO	***.987.***_**	DROGARIA SAO BORJA LTDA	42.688.941/0001-00	1114273249
LUIZ FLAVIO SILVA	***.563.***_**	MWO TRANSPORTES LTDA	05.978.809/0001-06	1114277343
EDJANILSON FRANCISCO DA SILVA	***.114.***_**	NOGUEIRA COMERCIO & SERVICOS DE PAISAGISMO LTDA	34.095.189/0001-65	1114279936
RONALDO DA CUNHA PANTOJA	***.120.***_**	PANTOJA E CARDOSO COMERCIO E SERVICOS LTDA	11.375.856/0001-68	1114288013
EDUARDO FELIPE OLIVEIRA DA MOTA	***.937.***_**	RV COLDRES COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA	28.974.155/0001-48	1114272180
LEONARDO CLEMENTE	***.690.***_**	DROGARIA FARMADINA DE COLEGIO LTDA	09.129.378/0001-64	1114273573
CARLOS OLIVEIRA SOUZA PIMENTA	***.468.***_**	C D O ALIMENTACAO LTDA	63.416.747/0001-45	1114276317
HIDELBLANDO DE JESUS SILVA	***.293.***_**	NSG - CONSTRUCOES LTDA	09.541.642/0001-72	1114283467
CAIO RICHARD ARAUJO BARRETO	***.786.***_**	RIO SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	23.392.260/0001-55	1114284667
MARCELO COIMBRA	***.899.***_**	CLEANWELL SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	09.912.675/0001-81	1114287909

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
MARIANA ALVES COSTA	***.261.***-**	CLICK TELECOM SOLUCOES INTELIGENTES LTDA	36.766.284/0001-79	1114273978
ANDRE CARLOS ASSIS LIMA	***.274.***-**	A C ASSIS LIMA LTDA	23.215.158/0001-84	1114288437
EDILSON AVELINO DA CONCEICAO	***.036.***-**	F.C.E CONSTRUCOES LTDA	28.245.460/0001-07	1114292220